

OS “PAPÉIS DA PRISÃO”, DE LUANDINO VIEIRA: ENTRE A ESCRITA DE SI E O TESTEMUNHO DA BARBÁRIE

THE “PAPÉIS DA PRISÃO” FROM LUANDINHO VIEIRA: BETWEEN THE SELF WRITING AND THE TESTIMONY OF BARBARISM

Daniel Marinho Laks¹

RESUMO

Em 2015, José Luandino Vieira lança o livro *Papéis da Prisão*, composto por uma seleção de cartas, apontamentos sobre sua escrita, recortes de jornais, pensamentos sobre teoria e prática literária, além de seus diários do cárcere. Ao final, o livro traz também a entrevista *O Tarrafal é a prisão em mim*, em que o autor, já com oitenta anos de idade, reavalia o seu percurso como escritor e ativista pela libertação de Angola do colonialismo português, além das marcas produzidas em sua vida pelos longos anos de encarceramento. O objetivo desta comunicação é pensar os *Papéis da Prisão* a partir de duas potências complementares: a constituição do depoimento de Luandino Vieira sobre suas experiências na luta pela independência angolana – pensando o livro como um espaço de recordação e destacando a escrita de testemunho como constituidora não apenas da memória individual, mas de uma dimensão de memória pública de cunho político do período, nas relações que estabelece com a história dos espaços de língua portuguesa, marcada por eventos extremos durante o século XX; e a elaboração dos cadernos autobiográficos como escritas de si – exercícios de escrita íntima que funcionam como matéria prima para a elaboração de obras futuras, além de maneiras de indagação e produção de formas de subjetividade a partir do exercício da escrita de si para si e de si para outros, constituindo um mecanismo de autoinvestigação, autoadestramento e individuação a partir da literatura.

PALAVRAS-CHAVE: Luandino Vieira; testemunho; escrita de si.

ABSTRACT

In 2015, José Luandino Vieira publishes the book *Papéis da Prisão*, featuring a selection of letters, notes about his writing, newspaper clips, thoughts about theory and literary practice, apart from his prison diaries. In the end, the book presents the interview *The Tarrafal is the prison in me*, where the author, already with eighty years old, reevaluates his path as a writer and as a activist for the liberation of Angola from the Portuguese colonialism, and the marks that the long years in prison left in his life. The objective of this study is to analyze the book *Papéis da Prisão* from two complementary potencies: the constitution of the testimony from Luandino Vieira about his experiences in the fight for Angolan independency – examining the book as a space of remembrance and highlighting the writing of testimony as constitutive not only of the individual memory, but of a dimension of public memory of political nature of the period in the relations that establishes with the history of the spaces of Portuguese language, branded by extreme events during the twentieth century; and the elaboration of the autobiographic notebooks as self writing – exercises of the writing of the self for himself and for others, constituting a mechanism of self-investigation, self-training and self-individuation from the literatures.

KEYWORDS: Luandino Vieira; Testimony; Self writing.

Se as décadas iniciais do século XX foram marcadas por uma grande expectativa com relação ao futuro, mediada por convulsões político-sociais e processos revolucionários, vemos, nos dias de hoje, uma crescente preocupação com o passado, com um espaço cada vez maior nas sociedades ocidentais para produtos culturais que dão conta de narrativas memoriais. Esse enfoque contemporâneo na memória, especialmente no conteúdo traumático produzido por experiências limites como ditaduras, guerras e genocídios, sugere uma alteração na experiência contemporânea de tempo e de espaço, que repercute também na produção da história política. Esta abertura crescente para uma política de preservação da memória cultural, que passa a substituir a expectativa do surgimento dos novos tempos e da criação do homem novo – conforme proposta pelo regime stalinista ou por regimes de cariz fascista na Europa e em suas colônias – produziu também um grande interesse por produtos artísticos e culturais que tratam de experiências pessoais frente às grandes barbáries perpetradas durante o século XX, criando um espaço específico de procura por produtos que abordem subjetividades individuais expressas através de depoimentos pessoais.

A arte e a literatura de testemunho, mais do que um simples gênero artístico ou literário, são faces da produção cultural que surgem na era das catástrofes, marcadas, principalmente, pelas experiências da Shoah

(o holocausto nazista), do apartheid na África do Sul, a ocorrência de políticas genocidas em Ruanda, na Bósnia e no Kosovo, além das ditaduras latino-americanas. São obras, textos e imagens produzidos em contraposição ao discurso oficial dos Estados autoritários e projetados para servirem como evidências da violência e da vontade de aniquilação de grupos específicos. São, também, materiais articulados para resistir ao apagamento desses eventos por parte das narrativas oficiais, pedras de toque da existência inegável da barbárie que se contrapunham ao projeto de destruição das evidências de seus atos por parte destes Estados autoritários. São documentos, portanto, que se fazem na interface entre a memória e o trauma, constituindo espaços de recordação sobre os eventos extremos, na esperança de que nunca sejam esquecidos e nunca sejam repetidos.

Georges Didi-Huberman (2012), em *Imagens Apesar de Tudo*, narra o caso emblemático das quatro fotografias produzidas por um membro do *Sonderkommando* no crematório V de Auschwitz, com o intuito de registrar a barbárie que os nazistas se esforçavam para esconder como elemento da solução final. As fotografias, de autoria desconhecida, faziam parte de um plano da resistência polonesa para fazer com que informações irrefutáveis sobre o massacre pudessem contrapor a narrativa nazista e informar ao mundo sobre o que, de fato, acontecia nos campos de extermínio. O objetivo destas imagens seria funcionar como provas dos eventos que dificilmente poderiam ser acreditados apenas por relatos, por se tratar de algo, até então, do domínio do inimaginável: “se tratava de enviar estas imagens para uma zona mais ocidental do pensamento, da cultura, da decisão política, onde tais coisas pudessem ainda ser ditas inimagináveis” (DIDI-HUBERMAN, 2012, p. 33).

Raymond Aron (1983), no livro *Memórias*, dá um panorama do nível de informação que um judeu em Londres, pertencente a um círculo supostamente bem informado e atuante na resistência antinazista, tinha sobre os acontecimentos em campos de extermínio como Auschwitz ou Treblinka:

Em Londres, o que é que sabíamos do genocídio? Ao nível daquilo de que se tinha uma consciência clara, a minha percepção era mais ou menos a seguinte: os campos de concentração eram cruéis, sendo dirigidos por carcereiros recrutados não entre políticos mas entre criminosos de delito comum; havia um alto grau de mortalidade, mas as câmaras de gás, o assassinato industrial de seres humanos, não, confesso-o, não os imaginei, e porque não podia imaginá-los, não os soube (ARON, 1983, p. 176).

A ideia de que seria necessário antes poder-se imaginar algo para que então se pudesse constituir conhecimento sobre determinado assunto recupera e subverte alguns parâmetros relativos à distinção entre memória e imaginação como operações psíquicas capazes de produzir imagens sobre determinado evento, recolocando-os sob um novo prisma. Paul Ri-

coeur (2005), dedicou a primeira parte do livro *A memória, a história, o esquecimento* às distinções entre memória e imaginação. Essa separação é referenciada em suas origens gregas, desde o pensamento de Platão e Aristóteles, definindo, já de saída, a preocupação dos estudos relativos à memória com a possibilidade de captura da recordação pela imaginação, que estabeleceria um desafio ao ideal da memória como garantia de que algo realmente aconteceu: “A permanente ameaça de confusão entre rememoração e imaginação, que resulta desse tornar-se-imagem da lembrança, afeta a ambição de fidelidade na qual se resume a função veritativa da memória” (RICOEUR, 2005, p. 26).

Márcio Seligmann-Silva (2003), em *O testemunho: entre a ficção e o “real”* aborda, especificamente no que diz respeito à literatura de testemunho, a relação limítrofe entre depoimento e ficção, perjúrio ou mentira. Seligmann-Silva estabelece a ideia de testemunho a partir de duas palavras que compõem sua origem latina: *testis* e *superstes*. No primeiro caso (*testis*), o depoimento diz respeito a alguém que testemunhou um acontecimento, ou seja, um terceiro no processo. No segundo, (*superstes*), refere-se ao próprio sobrevivente, indicando assim a pessoa que experimentou uma situação adversa. “O conceito de *mártir* está próximo a essa acepção do sobrevivente. *Martyros* em grego significa justamente testemunha” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 378). Se a ideia do testemunho como o relato do sobrevivente, do mártir, desperta a empatia do leitor com aquele que passou por uma grande provação, a outra face do conceito, o terceiro capaz de corroborar a veracidade do acontecimento, demonstra a preocupação com a necessidade de verificação do ocorrido, estabelecendo a ideia de que o testemunho ocorre sempre frente à possibilidade da dúvida ou da falsidade.

Entretanto, a assertiva colocada por Raymond Aron, frente aos eventos de Auschwitz e Treblinka, de que é necessário poder-se imaginar algo para que se possa sabê-lo, estabelece uma outra configuração para os limites entre os campos da recordação, do depoimento e da imaginação. Nesse sentido, a relação com os eventos extremos do século XX, com acontecimentos tão violentos e traumáticos que chegam a desafiar os limites da esfera do imaginável, parece ter produzido um desvio, um curto-circuito na possibilidade de manutenção da separação clássica entre memória e imaginação, definindo o verdadeiro não mais em oposição ao falso, mas a partir de uma ideia de verossimilhança, ou seja, seria necessário, primeiro, que algo passasse a fazer parte do domínio do concebível para que, então, pudesse se constituir como registro de um acontecimento de fato.

A experiência contemporânea da catástrofe parece também ter estabelecido uma nova lógica de relação entre os próprios limites do campo da memória e do campo da história. Aleida Assmann (2011), em *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*, propõe que se antes se entendia que a história só poderia se erguer como ciência a partir do momento em que não houvesse mais pessoas afetadas pela lembrança, “pode-se afirmar que atualmente ocorre o processo exatamente oposto (...).

O evento do Holocausto não ficou pálido e descolorido com o passar dos anos, mas, paradoxalmente, está mais próximo e vivo do que se imaginaria” (ASSMANN, 2011, p. 19). Essa presença viva da memória do Holocausto na politização da história passou a funcionar como índice para se começar a lidar e a entender situações nacionais ou transnacionais específicas e, portanto, distintas do genocídio nazista, pensado a partir da perspectiva de evento originário de um campo de estudos e pensamento. Nesse sentido, o Holocausto passou a funcionar com metáfora que abarca outras narrativas e memórias, um emblema do intolerável, uma lente através da qual podemos olhar outros exemplos da barbárie humana:

Em seu Estado de não-liberdade, Hitler impôs aos homens um novo imperativo categórico: instaurai o vosso pensamento e a vossa ação de tal modo que Auschwitz não se repita, de tal modo que nada desse gênero aconteça. Esse imperativo é tão refratário à sua fundamentação quanto outrora o dado do imperativo kantiano. Tratá-lo discursivamente seria um sacrilégio: é possível sentir nele corporalmente o momento de seu surgimento junto à moralidade (Adorno, 2009, p. 302).

O livro *Papéis da Prisão*, lançado por José Luandino Vieira em 2015, com organização de Margarida Calafate Ribeiro, Monica Silva e Roberto Vecchi, é composto por uma seleção de cartas, apontamentos sobre sua escrita, recortes de jornais, pensamentos sobre teoria e a prática literária, além de seus diários do cárcere, divididos em dezoito cadernos. Os cadernos dão conta do período que varia de outubro de 1962 a julho de 1971, organizados de acordo com os diferentes espaços prisionais nos quais Luandino Vieira ficou encarcerado durante a luta pela independência de Angola. Os quatro primeiros cadernos são referentes ao período no Pavilhão Prisional da Pide, em Luanda. O quinto caderno marca a transição do Pavilhão Prisional da Pide para a Cadeia do Comando da Polícia de Segurança Pública e o sexto caderno, a transição desta para a Cadeia Comarcã de Launda, espaço abordado até o décimo primeiro caderno, quando ele foi, então, transferido para o Campo de Trabalho do Chão Bom, no Tarrafal, em Cabo Verde. Luandino permaneceu no campo de concentração do Tarrafal entre 1965 e 1971, onde produziu os sete cadernos restantes. Ao final, o livro traz também a entrevista *O Tarrafal é a prisão em mim*, realizada com Luandino Vieira por Margarida Calafate Ribeiro e Roberto Vecchi entre maio e agosto de 2015, na qual o autor, já com oitenta anos de idade, reavalia o seu percurso como escritor e ativista pela libertação de Angola do colonialismo português, além das marcas produzidas em sua vida pelos longos anos de encarceramento.

O objetivo desta comunicação é pensar os *Papéis da Prisão* a partir de duas potências complementares: a constituição do depoimento do autor sobre suas experiências na luta pela independência angolana – pensando o livro como um espaço de recordação e destacando a escrita de testemunho como constituidora não apenas da memória individual, mas

de uma dimensão de memória pública de cunho político do período nas relações que estabelece com a história dos espaços de língua portuguesa, marcada por eventos extremos durante o século XX; e a elaboração dos cadernos autobiográficos como escritas de si – exercícios de escrita íntima que funcionam como matéria prima para a elaboração de obras futuras, além de maneiras de indagação e produção de formas de subjetividade a partir do exercício da escrita de si para si e de si para outros, constituindo um mecanismo de autoinvestigação, autoadestramento e individuação a partir da literatura.

O depoimento que vai sendo construído ao longo dos cadernos possui tanto um sentido de escrita íntima, quanto uma preocupação constante com o registro detalhado das condições a que era submetido o autor como prisioneiro. Uma escrita marcada por uma vontade de memória, uma necessidade de fixação dos acontecimentos para que, futuramente, outras pessoas pudessem vir a saber o que aconteceu durante os anos sob tutela do colonialismo português. Nesse sentido, a recordação pessoal expressa por Luandino Vieira nos seus cadernos visa propiciar uma monumentalização das suas experiências como emblema da barbárie humana, marca do abuso de poder que caracteriza os sistemas fascistas, ou, nas palavras de Primo Levi: “a realização de um sonho demencial, em que um manda, ninguém mais pensa, todos andam sempre em fila, todos obedecem até a morte, todos dizem sempre sim” (LEVI, 2016, p. 10). No apontamento referente aos dias 13-14-15 e 16 de agosto de 1964, no início do décimo primeiro caderno, que marca a chegada do autor ao Campo de Trabalho do Chão Bom, Tarrafal, Luandino Vieira descreve suas primeiras impressões do espaço e das condições do campo de concentração, pontuadas com as dores da obediência cega, forçada, às normas do espaço prisional e o senso de perplexidade com tudo aquilo que instaurava uma atmosfera que lhe parecia irreal, aproximando-se de um pesadelo do qual não conseguia acordar:

Perplexidade! Parece um sonho vir cá parar. A todo o momento creio que vai desaparecer o que tenho na frente e encontrar-me outra vez em Luanda. Mas não! O campo é o normal de campo de concentração, fiadas duplas de arame farpado com outras transversais, guaritas com sentinelas armados, nas esquinas, cães, luzes e barracas. Tudo tem ar de velho e usado, decrépito. Deve ser este o famoso Tarrafal, que reabriu quando mandaram pra cá os angolanos. Chegamos às 18:20 do dia 13, fomos metidos numa enorme caserna – 3 camas com roupa pouco limpa, um lavatório com jarro e bacia de esmalte, um bidon de água, um garrafão de água para beber e uma lata de 20 lts. para as necessidades e despejos. Não há esgotos, não há água canalizada. Luz elétrica das 6-9, candeeiro petróleo depois. Parasitas, pó, sujidade. (...). Banho 2 vezes por semana. Correio 2 vezes por mês (10-25) [como dói!]. Disciplina + severa que as anteriores cadeias (VIEIRA, 2015, p. 548-549).

As anotações de caráter mais descritivo sobre as condições carcerárias vão também sendo constantemente pontuadas com os sentimentos de saudades, de ausência da companhia da esposa e do filho. Além disso, é a partir dos comentários de tom confessional que se tornam perceptíveis os efeitos da vivência do isolamento, misturada com a imposição da disciplina de obediência do campo de concentração, que vai, aos poucos, correndo a sua individualidade, transformando-o em uma pessoa diferente, embrutecida pela vivência do cárcere e da guerra. Esse tipo de relato, que se caracteriza pelo tom confessional, vai despertando a empatia do leitor para o sofrimento com as situações vivenciadas e o nível de violência simbólica descrito a partir da privação forçada dos afetos e seus efeitos sobre a pessoa, que se torna cada vez mais incapaz de expressar alegria:

Aumentam as saudades de tudo, mas sobretudo a falta de notícias da K., rói-me por dentro. Sinto porém que, mesmo com elas, não serei mais o Zé da C.C.L. Quebrou-se na verdade, qualquer coisa de muito valioso em mim, quando entrei no Quanza, deixei a L., o Xexe e Luanda! Quando voltarei? Uma coisa que me dá cabo dos nervos é ver a bovina aceitação (será atitude?) da situação por parte dos outros. (...). Parecem todos devidamente adaptados, mas sem alegria nenhuma (VIEIRA, 2015, p. 549).

Entretanto, por se tratar de um intelectual reconhecido internacionalmente e com espaço de fala privilegiado em diversos ambientes, Luandino Vieira não fazia parte do grupo submetido às condições de violência, principalmente física, mais cruéis durante o período marcado pelo domínio colonialista. Era exatamente sua capacidade de articulação e denúncia que fazia com que não fosse alvo das maiores brutalidades perpetradas pelos agentes do regime, que tendiam a evitar qualquer possibilidade de tornar internacionalmente conhecidas as suas ações. Nesse sentido, é a partir do desdobramento do seu depoimento na perspectiva de testemunha, de um terceiro que observa e narra, que Luandino torna-se capaz de estabelecer as críticas mais pungentes sobre o estado das coisas, relatando acontecimentos que vitimavam os estratos mais vulneráveis da população.

No seu terceiro caderno, que diz respeito ao período encarcerado no Pavilhão prisional da Pide, em São Paulo, Luanda, Luandino Vieira faz uma anotação intitulada “Notas para um relatório sobre o distrito do Moxico”, em que destaca a conduta dos homens do exército português nos acontecimentos referentes ao dia 13 de dezembro de 1962. Esse relato expõe a selvageria dos oficiais militares que se aproveitavam da certeza de impunidade para violentar sexualmente crianças angolanas do sexo feminino. Luandino faz questão de anotar os locais onde os crimes ocorreram, bem como os nomes dos oficiais responsáveis pelos crimes e as datas dos ocorridos, quando esses nomes e datas tornavam-se conhecidos, assim como o de seus superiores, que seriam encarregados de punir e coibir os atos criminosos por parte dos subordinados de patentes mais baixas, punição que, obviamente, nunca acontecia, por mais bárbaros que tivessem sido seus

crimes. Talvez aqui o registro detalhado das violências tenha pretendido auxiliar a memória futura, na esperança de que algum dia essas brutalidades pudessem vir a ser julgadas e punidas de acordo com sua gravidade em tribunais internacionais, a exemplo do ocorrido nos tribunais de Nuremberg ou de Jerusalém, ao fim da Segunda Guerra Mundial, que tanto alimentaram as esperanças de colocar um fim aos regimes fascistas que ainda permaneciam no poder, como o Salazarismo, tanto para aqueles que lutavam por seu término em Portugal quanto para os que o combatiam nos seus territórios coloniais:

Cerca das 21h um casal de naturais apresentou-se no Luso Hotel onde a maioria dos oficiais reside – inclusive o major Balela Cid, na altura a servir de comandante da região militar na ausência do tenente-coronel que exerce o cargo – levando o marido uma criança do sexo feminino de 7/8 anos, ao colo e em cujas pernas se viam fios de sangue. Dirigiram-se ali a fim de participar ao referido oficial o crime de que a filha tinha sido vítima. Com efeito, momentos antes, essa criança, que brincava na companhia de outras junto da sua cubata fora atacada por 2 soldados, manietada e levada para o escuro do mato onde foi violentada pelos dois selvagens, pertencentes ao “glorioso” exército português. Este era o 3º caso no espaço de 15 dias, pois anteriormente tinham sido violentadas outras 2 crianças – 1 mestiça de 10 anos, nas margens do rio Luena, por 1 soldado, outra de 9 anos, estudante, nas matas da zona florestal do C.F.B, por outro soldado. Qualquer das vítimas ficou com baixa no hospital. Como medidas de repressão a estes actos de selvajaria, os culpados – todos descobertos – foram transferidos para outros locais. // Os casos referidos tiveram como cenário a cidade do Luso. // Houve casos idênticos, em datas que se não podem determinar, no Léua, Lucusse, Cassamba e Chafinda. Aqui a vítima morreu, pois foi abandonada em pleno mato e tinha 6 anos de idade. Deve ter sucumbido aos efeitos da hemorragia (VIEIRA, 2015, p. 201).

As anotações referentes à conduta do exército português, presentes nas notas para um relatório sobre o distrito do Moxico, funcionavam também no sentido de construção de um arquivo de memórias subterrâneas, experiências e vivências cuja divulgação seria ocultada e silenciada pelos poderes oficiais. A divulgação desses acontecimentos seria proibida, indizível, por se oporem à memória política coletiva oficial do período colonial no seu sentido mais prestigioso: o sentido de memória nacional. São anotações que não apenas davam conta do registro da brutalidade dos oficiais a partir de uma perspectiva calcada nos regimes de subjetividade das vítimas, mas também contrapunham o próprio discurso oficial do colonialismo português, que negava a existência dos abusos dos soldados ou desqualificava-os como fatos isolados. Além disso, o discurso oficial também negava a própria existência de uma guerra sendo travada em Angola naquele período. As anotações detalhadas expressavam uma preocupação

em registrar com clareza que as condutas abusivas e violências que eram praticadas por oficiais das mais variadas patentes, que utilizavam as dependências militares, tanto da polícia quanto do exército, para a realização dos estupros, contando com a complacência dos encarregados e criando um ambiente onde todas as mulheres, independentemente da idade, estariam constantemente em perigo:

Sob não se sabe qual pretexto, prenderam 2 raparigas de 15 e 17 anos (+/-) e levaram-nas para o quartel onde foram vítimas, durante 5 dias, dos mais repugnantes excessos sexuais ao ponto de, uma vez libertadas, terem de recorrer ao socorro hospitalar onde lhes foram feitas suturas na vagina e no ânus. (...) Durante o dia ficavam depositadas na Esquadra da Polícia e logo [que] o sol se escondia eram levadas para o quartel militar. Não há mulher nativa que circule fora da cidade só, que não seja vítima da fúria animalesca da tropa. Oficiais estão perfeitamente de acordo e são complacentes, atribuindo o “caso” à psicose da guerra. Ouviu-se um capitão, de que se não sabe o nome, referir que é um fenómeno natural da guerra com antecedentes de maior volume noutras guerras. Pergunta-se: - que guerra existe no Moxico? (VIEIRA, 2015, p. 202).

Entretanto, para além de auxiliarem a memória pessoal, compondo o depoimento das situações vivenciadas e testemunhadas, os papéis da prisão também constituem escritas de si, meditações diversas sobre a produção da identidade do escritor Luandino Vieira, principalmente no que diz respeito ao período como prisioneiro no Campo de Trabalho do Chão Bom, onde a escrita era também uma maneira de lidar com o tempo e com o isolamento: “No Tarrafal já é meditação sobre o próprio ofício de escrita. Não sobre o ofício de escritor abstrato, mas sobre os problemas que enfrentava quanto ao que queria ser, escritor, naquela época, naquela contingência histórica” (VIEIRA, 2015, p. 1064-1065).

Michel Foucault (1992), em *O que é um autor*, discorre sobre a prática da escrita de si desde a antiguidade clássica, apresentando a ideia da composição de um caderno pessoal como atividade que alivia a sensação de solidão ao desempenhar o papel de companheiro numa situação de isolamento. Esse tipo de escrita acaba também funcionando como um adestramento de si por si mesmo, associada à meditação como exercício de autoanálise e desenvolvimento de reflexões, além da preparação para se lidar com situações reais. Na tradição clássica, o exercício de pensamento sobre si mesmo podia tomar duas formas diferentes: na primeira, mais direta, é o trabalho de pensamento que se desenvolve em trabalho de escrita e, posteriormente, em trabalho da realidade; na segunda, circular, “a meditação precede as notas, as quais permitem a releitura que, por sua vez, relança a meditação” (FOUCAULT, 1992, p. 134). De qualquer modo, a escrita era vista como fator constituinte de uma etapa essencial no processo

de produção de subjetividade, operando a transformação dos discursos e pensamentos reconhecidos como verdadeiros no conjunto de costumes e hábitos fundamentais para a constituição da noção de identidade.

Essa escrita capaz de promover a transformação da verdade em *ethos*, referida desde documentos dos séculos I e II como escrita etopoiética, era dividida em duas formas principais: os *hypomnemata* e as correspondências. Foucault define os *hypomnemata* como livros de vida, guias de conduta onde eram “consignadas citações, fragmentos de obras, exemplos e ações de que se tinha sido testemunha ou cujo relato se tinha lido, reflexões ou debates que se tinha ouvido ou que tivessem vindo à memória” (FOUCAULT, 1992, p. 135). Nesse sentido, poderiam ser entendidas como um arquivo das coisas lidas, ouvidas ou pensadas que acabavam também por formar a matéria prima para escritos futuros, mais detalhados, sobre determinados assuntos. A partir desses cadernos, o indivíduo unificava, por intermédio da sua individualidade, fragmentos heterogêneos no exercício da escrita íntima. É a escrita pessoal, por conseguinte, que transforma a coisa vista ou ouvida num princípio de ação racional constituidora dos modos de subjetividade do próprio escritor.

Ao longo dos dezoito cadernos que compõem o livro, Luandino Vieira apresenta uma coletânea de recortes de jornais, desenhos, anotações de conversas ouvidas, poemas de outros escritores, pensamentos sobre teoria literária, ideias para contos e romances, além dos já mencionados depoimentos e testemunhos sobre situações vivenciadas e presenciadas nos diferentes espaços prisionais. Entretanto, a escrita dos *hypomnematas* estava também intimamente relacionada à “recusa de uma atitude de espírito voltada para o futuro (o qual, em virtude da sua incerteza, suscita a inquietação e a agitação da alma) e o valor positivo atribuído à posse de um passado de que se pode desfrutar soberanamente e sem perturbação” (FOUCAULT, 1992, p. 140). Nesse sentido, os papéis da prisão de Luandino Vieira apresentam uma escrita de si em trajetória vetorial diametralmente oposta aos *hypomnemata*, constituindo uma atitude de espírito voltada para o futuro revolucionário e recusando a atribuição de um valor positivo ao passado e ao presente marcado pela violência colonial.

Além dos cadernos de notas, os papéis da prisão são também compostos por diversas cartas, tanto as recebidas quanto as escritas por Luandino Vieira. As cartas, pensadas sob a lógica das escritas de si, são textos, por definição, destinados a outros. Constituem, para além de conselhos e opiniões dados, uma maneira individual de se manifestar sobre acontecimentos diversos. Nos papéis da prisão, as missivas trocadas com os vários correspondentes também envolvidos na luta contra o colonialismo português, aproximam-se, dadas as condições do cárcere, de sistemas possíveis de trocas interpessoais. O mais próximo que se poderia chegar de um face-a-face a serviço de intercâmbios de intimidades no isolamento dos espaços prisionais.

Em seu *que é um autor*, Michel Foucault também apresenta a ideia de funcionamento da escrita e envio das cartas como uma maneira de relatar a vida cotidiana, não pela importância de eventos particulares, mas enquanto expressão de um modo específico de ser, que se constitui como parte da própria prática epistolar. No sentido empregado nos papéis de Luandino Vieira, a troca de correspondências obedecia a um imperativo de ocupar-se de si mesmo, um exame de consciência contínuo que fazia coincidir o olhar do outro e aquele que se voltava para si próprio na definição de técnicas de vida frente à violência extrema e à privação da experiência dos afetos. Esse estado de privação constante que resultava das imposições da luta contra o colonialismo português fazia com que as instâncias da política e as instâncias do afeto se misturassem. Assim, ao mesmo tempo que as cartas visavam a manutenção dos laços de amizade e familiares, constituíam também comunicações trocadas por vias clandestinas que mantinham vivas as centelhas da revolução, na medida em que era a própria projeção para um futuro utópico onde Angola fosse finalmente uma nação livre que mediava a constituição das tecnologias do sujeito:

Eram cartas que eu escrevia, dobrava, com selo e o inspetor que dirigia o Pavilhão lia, fechava e mandava pôr no correio. No mesmo dia, pela via clandestina, saía uma carta com os assuntos que não podia pôr obviamente naquelas cartas. [...]. Essas outras cartas estavam subconscientemente guardadas para manter a unidade da família. Em todas as cartas dou argumentos, escrevo argumentos, para mim e para a Linda, no sentido de manter o tipo de ligação que nós tínhamos, que era aquilo a que nós chamávamos de uma ligação para o futuro e que, agora, tinha de ser assim visando o fim último que era a luta pela independência de Angola (VIEIRA, 2015, p. 1046).

A escrita dos cadernos e das cartas funcionou, entre os anos de 1962 e 1971, na interface entre o depoimento e a escrita de si, evidenciando uma seleção de materiais do cotidiano que inscrevem a vivência carcerária dentro de um projeto que é ao mesmo tempo pessoal, literário e político. Entretanto, o livro *Papéis da Prisão*, lançado em 2015, passou também por um processo de curadoria, realizado muito depois da composição das diversas folhas avulsas produzidas nos espaços prisionais. Essa curadoria foi realizada em parceria entre o autor, José Luandino Vieira, e os organizadores do livro, Margarida Calafate Ribeiro, Mónica V. Silva e Roberto Vecchi, que definiram a forma de apresentação desse material, mantendo, por exemplo, um arranjo de escrita fragmentária, além de realizarem uma seleção das cartas e desenhos que iriam integrar o volume. Mais ainda, o livro conta com a entrevista *O tarrafal é a prisão em mim*, em que é feita uma reavaliação das experiências de Luandino Vieira durante o período sob custódia do colonialismo português e as consequências dessa vivência para sua escrita e para sua vida. Podemos, assim, pensar a interseção entre depoimento e escrita de si a partir dos dois momentos: a produção dos textos ao longo do período prisional e a elaboração do livro como docu-

mento que dá conta de uma reavaliação do passado a partir do presente. Em ambos sentidos, o livro *Papéis da prisão* apresenta-se como material indispensável para se pensar as relações entre memória e história frente a eventos extremos, modos de individuação e trajetória de escrita na produção de um projeto político-literário, além das interseções entre narrativa e guerra nos espaços de língua portuguesa ao longo do século XX.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Theodor. *Dialética Negativa*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- ARON, Raymond. *Memórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983
- ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Editora Unicamp, 2011.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Imagens apesar de tudo*. Lisboa: KKYM, 2012.
- FOUCAULT, Michel. *O que é um autor*. Lisboa: Editora Vega, 1992.
- LEVI, Primo. *Monumento a Auschwitz*. In: LEVI, Primo. *A assimetria e a vida: artigos e ensaios 1955-1987*. São Paulo: Editora Unesp, 2016.
- VIEIRA, José Luandino. *Papéis da Prisão*. Lisboa: Editorial Caminho, 2015.
- _____. *O Tarrafal é a prisão em mim*. In: _____. *Papéis da Prisão*. Lisboa: Editorial Caminho, 2015.
- RICOEUR, Paul. *A história, a memória, o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2005.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. *O testemunho: entre a ficção e o “real”*. In: _____. *História, Memória, Literatura – O Testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

Recebido para publicação em 08/11/2017

Aprovado em 28/01/2018

NOTAS

1 Doutor pela PUC-Rio com sanduíche na Universidade de Coimbra (2016). Pós-doutorado no Núcleo de Estudos Portugueses e Africanos (NEPA) da UFF. E-mail: daniellaks@yahoo.com. Agradeço à FAPERJ e à UFF pelo financiamento do presente artigo.